



AGENDA LEGISLATIVA

15 A 19 DE ABRIL DE 2024

CONGRESSO NACIONAL

PLEN – PLENÁRIO / Plenário da Câmara dos Deputados / *Passível de realização*

Quinta-feira (18/04)

VET 46/2021 - Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 2.108, de 2021 (nº 2.462/1991, na Câmara dos Deputados), que "Acrescenta o Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; e revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional), e dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais)".

Explicação: foram vetados 5 trechos, entre eles o Art. 359-O, que proíbe a divulgação de notícias falsas (comunicação enganosa em massa).

Autor: Presidente da República Presidência da República

VET 17/2023 - Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2023 (oriundo da MPV nº 1.154/2023), que "Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nºs 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 14.204, de 16 de setembro de 2021, 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 13.334, de 13 de setembro de 2016, 12.897, de 18 de dezembro de 2013, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 9.069, de 29 de junho de 1995, e 10.668, de 14 de maio de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 13.844, de 18 de junho de 2019, 13.901, de 11 de novembro de 2019, 14.261, de 16 de dezembro de 2021, e as Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, e 14.074, de 14 de outubro de 2020".

Explicação: foram vetados os trechos que: (i) listava a coordenação das atividades de inteligência federal entre as competências do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI); (ii) transfere do Ministério dos Povos Indígenas para o Ministério das Cidades a competência de fazer o planejamento, coordenação, execução, monitoramento, supervisão e avaliação das ações referentes ao saneamento e às edificações nos territórios indígenas, observadas as competências do Ministério dos Povos Indígenas; e (iii) transfere do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima para o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional Política Nacional de Recursos Hídricos e Política Nacional de Segurança Hídrica e a gestão dos recursos hídricos.

Autor: Presidente da República Presidência da República

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Terça-feira (16/4)

CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS / Anexo II, Plenário 05, 14h30

REQ 2/2024 - Requer a instalação de Subcomissão Permanente de acompanhamento da Nova Indústria Brasil (NIB). Item nº 1.

Autor: Heitor Schuch (PSB/RS)

REQ 9/2024 - Requer a realização de audiência pública para instruir o PL 2141/2023. Item nº 1.

Explicação: o PL 2141/2023 fixar remuneração devida ao empregado ou prestador de serviço em caso de invenção e modelo de utilidade.

Convidados:

- Instituto Nacional da Propriedade Industrial;
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;
- Associação Brasileira da Propriedade Intelectual;
- Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras;
- Central Única dos Trabalhadores;
- Ministério Público do Trabalho.

Autor: Helder Salomão (PT/ES)

PLP 229/2019 - Altera os dispositivos 3º e 4º da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2016, para tratar do microempreendedor individual - MEI. Item nº 5.

Autor: Lucas Gonzalez (NOVO/MG)

Relator: Josenildo (PDT/AP)

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

PDL 426/2020 - Susta o Decreto nº 9.589, de 29 de novembro de 2018, que “Dispõe sobre os procedimentos e os critérios aplicáveis ao processo de liquidação de empresas estatais federais controladas diretamente pela União”. Item nº 7.

Autor: André Figueiredo (PDT/CE)

Relator: Heitor Schuch (PSB/RS)

Parecer: pela aprovação deste, e do PDL 491/2020, apensado, com substitutivo.

PL 678/2019 - Institui o Programa Nacional de Crédito Especial ao Jovem Empreendedor. Item nº 8.

Autor: Weverton

Relator: Jorge Goetten (PL/SC)

Parecer: pela aprovação, com substitutivo.

PL 5422/2023 - Estabelece teto de cobrança de comissão sobre serviços e produtos cuja comercialização seja mediada por plataforma digital. Item nº 11.

Explicação: Estabelece uma cobrança de 6% por operação realizada em plataforma digital mediadora.

Autor: Neto Carletto (PP/BA)

Relator: Mauricio Marcon (PODE/RS)

Parecer: pela rejeição.

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário 01, 14h30

PL 3078/2021 - Confere preferência de acesso a crédito, no âmbito do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro), a itens desenvolvidos por Startups Agro. Item nº 21.

Explicação: determina preferência de acesso a crédito ao financiamento de itens desenvolvidos por Startups Agro, no âmbito do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro), mantido pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES).

Autor: Jose Mario Schreiner (MDB/GO)

Relator: Delegada Katarina (PSD/SE)

Parecer: Parecer da Relatora, Dep. Delegada Katarina (PSD-SE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

CREDN - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL / Anexo II, Plenário 03, 14h30

Audiência Pública - Finalidade: Debate sobre denúncias de censura à rede social X (antigo Twitter).

Convidados:

- Michael Shellenberger, Jornalista, escritor e co-fundador do Breakthrough Institute;
- Eli Vieira Araújo Júnior, Jornalista;
- David Ágape, Jornalista;
- Estela Aranha, Advogada, professora e presidente da Comissão de Proteção de Dados e Privacidade da OAB-RJ;
- Glenn Edward Greenwald, Escritor, advogado especialista em direito constitucional dos Estados Unidos e jornalista; e
- Plataforma X.

Quarta-feira (17/4)

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO / Anexo II, Plenário 04, 09h00

Audiência Pública - Tema: Regulamentação infraconstitucional da reforma tributária

Convidado:

- Bernard Appy, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda (MF)

CSAUDE - COMISSÃO DE SAÚDE / Anexo II, Plenário 07, 09h30

PL 4398/2021 - Cria o Programa Brasileiro de Telemedicina. Item nº 45.

Explicação: o objetivo do programa é aumentar a cobertura da Atenção Básica na saúde no âmbito do SUS, ficando a cargo do Ministério da Saúde a regulamentação dos procedimentos mínimos a serem observados para atendimento realizado por uma equipe multidisciplinar.

Autor: Nereu Crispim (PSD/RS)

Relator: Adriana Ventura (NOVO/SP)

Parecer: Parecer da Relatora, Dep. Adriana Ventura (NOVO-SP), pela aprovação, e posterior envio de Indicação ao Ministério da Saúde.

PL 1613/2022 - Dispõe sobre a criação da “Plataforma CURA”. Item nº 47.

Explicação: trata de portal com informações sobre medicamentos de alto custo

Autor: José Nelto (PP/GO)

Relator: Dorinaldo Malafaia (PDT/AP)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Dorinaldo Malafaia (PDT-AP), pela aprovação, com substitutivo.

OUTROS EVENTOS / Plenário da Câmara dos Deputados, 10h00

Comissão Geral - Finalidade: Debater a Regulamentação dos Motoristas de Aplicativos.

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / Anexo II, Plenário 13, 10h00

Reunião de Comparecimento de Ministra - Finalidade: Discussão do plano de ações e políticas de governo no setor de CT&I.

Convidada:

- Luciana Santos, ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação.

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO / Anexo II, Plenário 04, 10h00

PL 4512/2020 - Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para dispor sobre medidas de proteção à concorrência, à inclusão financeira, à inovação e à diversidade dos modelos de negócios das instituições de pagamento e dos arranjos de pagamento Item nº 11.

Explicação: propõe que sejam estabelecidas regras acerca de relevantes questões envolvendo o mercado de pagamentos brasileiro, incluindo a segregação de funções desempenhadas pelo Banco Central, em consonância com princípios constitucionais da administração pública, cujos pressupostos também se correlacionam com os direitos e garantias fundamentais, visando segurança jurídica aos operadores e usuários finais do setor de pagamentos.

Autor: Gastão Vieira (PROS/MA)

Relator: Gilberto Abramo (REP/MG)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Gilberto Abramo (REP/MG), pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 4.512/2020, e da Emenda apresentada na Comissão de Finanças e Tributação; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 4.512/2020, e da Emenda apresentada na CFT, com substitutivo.

PL 4135/2023 - Institui a Taxa de Financiamento de Longo Prazo – TFLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-Pasep, do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e do Fundo da Marinha Mercante – FMM e sobre a remuneração dos financiamentos concedidos pelo Tesouro Nacional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e revoga dispositivos da Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017. Item nº 14.

Autor: Heitor Schuch (PSB/RS)

Relator: Josenildo (PDT/AP)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Josenildo (PDT-AP), pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 4.135/2023 e da Emenda 1 apresentada na Comissão de Finanças e Tributação; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 4.135/2023, com emenda, e pela rejeição da Emenda 1 da CFT.

CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO / Anexo II, Plenário 05, 10h00

Audiência Pública - Tema: Projetos de regulamentação da Reforma Tributária.

Convidados:

- Bernard Appy, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda (MF);
- Deputado Aguinaldo Ribeiro, Relator da Reforma Tributária na Câmara dos Deputados;
- Deputado Pedro Lupion, Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária da Câmara dos Deputados
- Deputado Arnaldo Jardim, Presidente da Frente Parlamentar Mista do Brasil Competitivo da Câmara dos Deputados;
- Deputado Domingos Sávio, Presidente da Frente Parlamentar da Defesa do Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados;
- Deputado Joaquim Passarinho, Presidente da Frente Parlamentar Mista do Empreendedorismo da Câmara dos Deputados; e
- Vicente Braga, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF (Anape).

CVT - COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES / Anexo II, Plenário 11, 10h00

PL 3498/2019 - Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para dispor sobre a obrigatoriedade de contratação de seguro de danos causados por colisão, incêndio, furto ou roubo dos veículos utilizados no transporte remunerado privado individual de passageiros Item nº 13.

Autor: Altineu Côrtes (PL/RJ)

Relator: Antonio Carlos Rodrigues (PL/SP)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP), pela aprovação deste, do PL 5756/2019, do PL 5795/2019, do PL 6110/2019, e do PL 3516/2020, apensados, na forma do Substitutivo adotado pela CDEICS.

PL 2902/2021 - Dispõe sobre o acesso e a utilização de direção bióptica (biopic driving) no Brasil, alterando o inciso XV do art. 12 do Código de Trânsito Brasileiro e dá outras providências. Item nº 16.

Explicação: determina que ao candidato com deficiência visual é assegurada a utilização de tecnologias assistivas que otimizem a sua acuidade visual em todas as etapas do processo de habilitação. Além disso, garante a normatização do processo de formação do candidato à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, estabelecendo seu conteúdo didático-pedagógico, carga horária, avaliações, exames, execução e fiscalização, garantindo o acesso de tecnologia assistiva disponível aos deficientes físicos.

Autor: Kim Kataquiri (UNIÃO/SP)

Relator: Neto Carletto (PP/BA)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Neto Carletto (PP-BA), pela aprovação, com substitutivo.

CCULT - COMISSÃO DE CULTURA / Anexo II, Plenário 10, 13h30

PL 2789/2021 - Moderniza a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e cria nova hipótese de improbidade administrativa. Item nº 4.

Explicação: obriga o Poder Público, entre outros, a realização de cópias de segurança (backups) de todos os dados da organização, de forma regular e automática; assim como cópias integrais dos sistemas críticos da organização.

Autor: Erika Kokay (PT/DF)

Relator: Alice Portugal (PCDOB/BA)

Parecer: Parecer da Relatora, Dep. Alice Portugal (PCdoB-BA), pela aprovação deste, com substitutivo.

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR / Anexo II, Plenário 08, 14h00

PL 4919/2023 - Acrescenta art. 49-A, à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), com o objetivo de vedar a realização de cobrança automática após o período de teste ou de experimentação de produto ou serviço. Item nº 20.

Explicação Geral: veda a cobrança automática ao fim de período de teste ou de experimentação de produto ou serviço. A manutenção do contrato ficará condicionada à autorização expressa do consumidor; o silêncio deverá ser interpretado como recusa.

Autor: Romero Rodrigues (PODE/PB)

Relator: José Nelto (PP/GO)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. José Nelto (PP-GO), pela aprovação.

CPASF - COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA / Anexo II, Plenário 07, 14h00

PL 3501/2020 - Institui o Auxílio Internet. Item nº 13.

Autor: Felipe Carreras (PSB/PE)

Relator: Flávia Morais (PDT/GO)

Parecer: Parecer da Relatora, Dep. Flávia Morais (PDT-GO), pela aprovação deste, do PL 4136/2020, do PL 4360/2020, do PL 4449/2020, do PL 4460/2020, do PL 2774/2021, do PL 3251/2021, do PL 655/2023, do PL 943/2021, do PL 1021/2022, do PL 3376/2021, do PL 1367/2023, do PL 3623/2023, do PL 2479/2023, e do PL 2734/2023, apensados, com substitutivo.

PL 2791/2023 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de plataformas de streaming de vídeos na internet de divulgar campanhas educacionais de combate à violência escolar, violência doméstica, e dá outras providências. Item nº 20.

Explicação: proíbe os meios de comunicação de veicularem dados pessoais de autores de crimes de homicídio e tentativas de homicídio que ocorram nas dependências de instituições de ensino, incluindo sanção aos provedores de aplicações de internet, ainda que por conteúdo publicado por terceiros.

Autor: Pastor Gil (PL/MA)

Relator: Clarissa Tércio (PP/PE)

Parecer: Parecer da Relatora, Dep. Clarissa Tércio (PP-PE), pela aprovação.

SENADO FEDERAL

Terça-feira (16/04)

CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 10h00

PLP 35/2022 - Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, para estabelecer a compensação entre valores empregados na manutenção de bens de uso comum da União e as dívidas refinanciadas dos entes subnacionais. Item nº 2.

Explicação: outros pontos, permite que os estados possam investir recursos próprios para fomentar o andamento de obras de responsabilidade do governo federal, abatendo-se esses valores do montante de suas dívidas.

Autor: Esperidião Amin (PP/SC)

Relator: Tereza Cristina (PP/MS)

Parecer: Favorável à Emenda nº 2 –PLEN, na forma da subemenda que apresenta.

CSP - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, 11h00

PL 3611/2021 - Dispõe sobre o uso de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP) ou "drones" pelos órgãos de segurança pública. Item nº 2.

Explicação: pretende estabelecer um marco legal para o uso de "drones" pelos órgãos de segurança pública, na qual não poderão estar armados, determinando sigilo para as imagens produzidas, treinamento aos agentes de segurança que operarem os drones, e indenização por dano moral ou material àquele que tiver sua intimidade ou imagem ferida pelo uso de drones.

Autor: Veneziano (MDB/PB)

Relator: Marcos do Val (PODE/ES)

Parecer: Favorável ao projeto.

CDH - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA / Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, 12h00

REQ 20/2024 - Requer realização de Audiência Pública para debater "Construção e efetivação do Plano Nova Indústria do governo federal" Item nº 10.

Autor: Paulo Paim (PT/RS)

Relator: Pendente

Quarta-feira (17/04)

CAS - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, 09h00

PL 10/2022 - Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para regulamentar o regime híbrido de trabalho. Item nº 7.

Explicação: estabelece regras para o regime híbrido de trabalho, tais como: prestação de serviços em regime híbrido constará expressamente do contrato individual de trabalho, que especificará as atividades que serão realizadas pelo empregado, e poderá ser estipulada em período semanal ou mensal.

Autor: Chico Rodrigues (PSB/RR)

Relator: Paulo Paim (PT/RS)

Parecer: Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto.

CCDD - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 09h30

REQ 50/2024 - Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2024 - CCDD, com o objetivo de instruir o PL 2628/2022, que “dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais”, sejam incluídos os convidados que especifica. Item nº 11.

Convidados:

- Flávia Annenberg, Gerente de Relações Governamentais do Google Brasil;
- Erika Alvarez, Gerente de Políticas Públicas do YouTube.

Autor: Professora Dorinha (UNIÃO/TO)

OUTROS EVENTOS / Plenário do Senado Federal, 11h00

Reunião - Tema: Promover o recebimento, a exposição e o debate do anteprojeto elaborado pela Comissão de Juristas responsável pela revisão e atualização do Código Civil.